

Formulário de Resposta aos Recursos – CES P06 - FILOSOFIA

Questão	Justificativa	Conclusão	Alteração
TIPO 1: 28 TIPO 2: 40 TIPO 3: 30	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A citação de Ludwig Wittgenstein expressa claramente sua concepção de filosofia como uma atividade de esclarecimento lógico da linguagem, e não como uma disciplina produtora de teorias sobre o mundo. Para o filósofo, a função da filosofia consiste em tornar claras as proposições, eliminando confusões conceituais decorrentes do uso inadequado da linguagem.</p> <p>Nesse sentido, a filosofia não formula teses empíricas ou verificáveis, diferentemente da ciência, que se ocupa da construção de teorias sobre fenômenos do mundo a partir de métodos experimentais e verificáveis. A distinção fundamental, portanto, reside na natureza da atividade: a filosofia esclarece, enquanto a ciência explica.</p> <p>As demais proposições apresentam equívocos ao atribuírem à filosofia caráter empírico, ao equipará-la metodologicamente à ciência ou ao reduzir sua prática à intuição sem rigor lógico.</p> <p>Referências:</p> <p>WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus Logico-Philosophicus.</p> <p>CHALMERS, Alan F. O que é Ciência, afinal?.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

<p>TIPO 1: 29 TIPO 2: 31 TIPO 3: 33</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A interpretação contemporânea sobre as origens da filosofia grega questiona a ideia do chamado “milagre grego” como um surgimento isolado e autônomo. Estudos históricos indicam que os primeiros filósofos, especialmente os pré-socráticos, estavam inseridos em contextos de intensas trocas culturais com civilizações do Egito, da Mesopotâmia e de outras regiões do Oriente Próximo.</p> <p>Essas interações favoreceram o desenvolvimento de reflexões cosmológicas e explicações racionais sobre a natureza, evidenciando que o pensamento filosófico grego emergiu em diálogo com saberes afro-asiáticos, e não de forma isolada.</p> <p>As demais proposições incorrem em erros ao afirmar autonomia absoluta, rejeição de influências externas, ruptura instantânea entre mito e logos ou localização equivocada do surgimento da filosofia.</p> <p>Referências: VERNANT, Jean-Pierre. As Origens do Pensamento Grego. BURNET, John. A Aurora da Filosofia Grega.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
<p>TIPO 1: 30 TIPO 2: 32 TIPO 3: 39</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A única alternativa compatível com o conceito marxiano de metabolismo é aquela que reconhece a proposta de "preservação absoluta" como uma compreensão naturalista abstrata, porque ela captura exatamente o movimento teórico que Marx opera em O Capital: a recusa de qualquer dualismo radical entre sociedade e natureza. Para Marx, o trabalho não é uma intrusão do humano sobre um mundo natural preexistente e autônomo — ele é o próprio processo pelo qual humanidade e natureza se constituem mutuamente ao longo da história. A floresta amazônica manejada por povos indígenas durante milênios não é "natureza virgem"</p>	<p>DEFERIDO</p>	<p>ALTERADO PARA LETRA B</p>

<p>que existia antes e independentemente da ação humana; ela é o resultado acumulado de um metabolismo histórico, de uma relação contínua de transformação recíproca entre comunidades e ecossistemas. Proibir qualquer intervenção humana nessa paisagem pressupõe exatamente o que Marx rejeita: a ideia de uma natureza pura, abstrata, separável da história social que a produziu. Nomear a proposta da ONG de "compreensão naturalista abstrata" é preciso nesse sentido — trata-se de uma visão que fetichiza a natureza como entidade intocada e apaga o caráter historicamente constitutivo do trabalho humano na produção daquela realidade ecológica concreta.</p> <p>A alternativa que afirma que o metabolismo pressupõe que toda forma de trabalho sobre a natureza constitui exploração ilegítima falha porque inverte completamente a posição de Marx. Atribuir a ele uma espécie de ecologismo anti-humanista é um erro elementar: para Marx, o trabalho é a condição universal e necessária da vida humana, a mediação ontológica sem a qual não existe existência social possível. A crítica marxiana não se dirige ao trabalho em si, mas às formas históricas específicas que ele assume sob o capitalismo, quando a lógica da acumulação provoca o que ele chama de ruptura metabólica — uma perturbação do equilíbrio entre sociedade e natureza que é produto das relações capitalistas de produção, não do trabalho humano enquanto tal. Confundir a crítica à ruptura metabólica capitalista com uma condenação geral de toda intervenção humana na natureza é, portanto, um equívoco conceitual grave.</p> <p>A alternativa que afirma estar correta separar radicalmente sociedade e natureza, por o trabalho humano inevitavelmente degradar o ambiente, reproduz exatamente o dualismo que Marx passa toda a sua vida teórica combatendo. Ela transforma uma crítica histórica e específica — a destruição ambiental como produto do capitalismo — em uma lei natural atemporal que condena qualquer atividade humana. Além disso, a conclusão de que a "preservação absoluta" seria a única forma de sustentabilidade contradiz diretamente o caso apresentado no próprio enunciado, onde a comunidade indígena demonstra que metabolismo humano e sustentabilidade ecológica são não apenas compatíveis, mas historicamente inseparáveis.</p> <p>A alternativa que associa a ideia de natureza como totalidade autônoma intocada à superação da alienação capitalista comete um equívoco lógico.</p>		
--	--	--

	<p>Marx pensa exatamente o contrário: a alienação capitalista do trabalho consiste precisamente em separar o trabalhador do produto de sua atividade e do processo natural do qual ele faz parte. Superar essa alienação significaria restabelecer uma relação consciente, equilibrada e não predatória entre humanidade e natureza — o que implica trabalho humano regulado racionalmente, não a exclusão da atividade humana da paisagem. A ideia de uma natureza que deve permanecer intocada é mais próxima de um romantismo conservacionista do que de qualquer coisa que Marx tenha escrito.</p> <p>Por fim, a alternativa que sugere que Marx defendia separação completa entre ser humano e natureza, considerando o trabalho como algo negativo em sua essência, aponta na direção oposta à de toda a obra marxiana. A tese de uma separação radical entre humanidade e natureza é precisamente o que o materialismo histórico descarta desde seus fundamentos: os seres humanos são seres naturais, sua corporalidade é natural, e o trabalho é o elo que impede que sociedade e natureza sejam tratadas como domínios ontologicamente distintos. Qualquer leitura de Marx que chegue a essa conclusão está operando com uma premissa que contradiz o texto de forma irreversível.</p> <p>RECURSO DEFERIDO E GABARITO ALTERADO PARA “A proposta reflete uma compreensão naturalista abstrata que nega o papel historicamente constitutivo do trabalho humano na produção da paisagem, ignorando que a "natureza" amazônica é resultado de milênios de metabolismo entre comunidades humanas e ecossistemas.”</p>		
TIPO 1: 32 TIPO 2: 37 TIPO 3: 37	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A situação descrita evidencia duas dimensões centrais do conceito de injustiça epistêmica desenvolvido por Miranda Fricker. Por um lado, observa-se a injustiça testemunhal, na medida em que os relatos das mulheres são sistematicamente desacreditados em função de preconceitos</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>estruturais, comprometendo sua credibilidade como sujeitos de conhecimento.</p> <p>Por outro lado, verifica-se também a injustiça hermenêutica, caracterizada pela ausência ou insuficiência de recursos conceituais socialmente disponíveis para nomear e compreender determinadas experiências, dificultando sua articulação individual e reconhecimento coletivo.</p> <p>Assim, a situação demonstra como hierarquias sociais e relações de poder afetam tanto a atribuição de credibilidade quanto a própria construção dos instrumentos interpretativos necessários à produção do conhecimento.</p> <p>Referências: FRICKER, Miranda. Epistemic Injustice. MEDINA, José. The Epistemology of Resistance. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 34 TIPO 2: 34 TIPO 3: 28	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A crítica formulada por Lorraine Code insere-se no campo da epistemologia feminista e problematiza a concepção tradicional de conhecimento centrada em um sujeito abstrato, universal e descontextualizado. Ao enfatizar a pergunta “quem conhece?”, a autora evidencia que os processos de produção e validação do conhecimento são influenciados por fatores sociais, históricos, corporais e situacionais.</p> <p>Desse modo, a crítica às teorias epistemológicas clássicas reside na sua tendência de ignorar essas dimensões, desconsiderando como a posição social do sujeito cognoscente pode afetar tanto o acesso ao conhecimento quanto sua legitimidade. Trata-se de uma ampliação da reflexão epistemológica, incorporando questões de poder, identidade e contexto.</p> <p>As demais proposições apresentam interpretações equivocadas, seja ao atribuir relativismo absoluto, ao defender objetividade total desvinculada do sujeito ou ao negar a relevância da justificação racional.</p> <p>Referências:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>CODE, Lorraine. What Can She Know? HARDING, Sandra. Whose Science? Whose Knowledge?</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 35 TIPO 2: 28 TIPO 3: 38</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O argumento comete a falácia ad hominem circunstancial, que consiste em atacar a pessoa que defende uma posição em vez de examinar o mérito da posição em si. O raciocínio apresentado no debate ignora completamente o conteúdo da reforma tributária — suas implicações econômicas, sua estrutura técnica, seus efeitos distributivos — e substitui essa análise por uma referência à vida pregressa do proponente. O fato de o senador ter sido acusado de corrupção em 2018 não estabelece nenhuma conexão lógica com a qualidade ou validade da proposta que ele defende. Uma reforma tributária bem elaborada não se torna ruim porque seu autor tem má reputação, assim como uma proposta equivocada não se torna boa porque seu autor é virtuoso. O mérito de um argumento ou de uma política pública é independente do caráter de quem o apresenta.</p> <p>As demais alternativas falham por razões precisas. Dizer que o argumento é dedutivamente válido é incorreto porque não há conexão necessária entre as premissas e a conclusão: mesmo aceitando que o senador foi acusado de corrupção, isso não implica logicamente nada sobre a reforma tributária. Classificá-lo como indução forte também é equivocado, pois não há generalização de casos particulares sobre a proposta em si — há apenas um salto do caráter do proponente para a qualidade do que ele propõe, o que não é indução, é falácia. A caracterização como dialética hegeliana é inteiramente impertinente ao contexto: a estrutura tese-antítese-síntese descreve um movimento do pensamento filosófico, não um argumento ad hominem em debate político. Por fim, a alternativa que classifica o argumento como válido porém insólito pressupõe que há validade formal,</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>o que não existe: a conclusão simplesmente não decorre das premissas por nenhuma regra de inferência reconhecível.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 36 TIPO 2: 30 TIPO 3: 34</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A abdução, conforme formulada por Charles Sanders Peirce, consiste em um tipo de inferência que busca a melhor explicação possível para um conjunto de dados observados. Trata-se de um raciocínio hipotético, no qual, diante de determinados fenômenos, propõe-se uma explicação plausível com base em conhecimentos prévios, teorias disponíveis e contexto.</p> <p>Diferentemente da dedução, a abdução não garante a verdade necessária da conclusão, e, ao contrário da indução, não se baseia na generalização de casos, mas na formulação de hipóteses explicativas. No caso apresentado, o médico infere a explicação mais provável para os sintomas, sem excluir outras possibilidades diagnósticas.</p> <p>As demais proposições apresentam equívocos ao atribuírem certeza absoluta, confundirem abdução com indução ou desconsiderarem o papel do conhecimento prévio.</p> <p>Referências: PEIRCE, Charles S. Semiótica. HARMAN, Gilbert. The Inference to the Best Explanation.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 27 TIPO 2: 33 TIPO 3: 35</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira assertiva está correta, pois Thomas Kuhn compreende o paradigma como uma matriz disciplinar ampla, que inclui não apenas teorias, mas também métodos, valores, instrumentos e exemplos compartilhados por uma comunidade científica.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A segunda assertiva também está correta, uma vez que, para Kuhn, as revoluções científicas não se dão apenas por critérios estritamente lógicos ou empíricos, mas envolvem fatores históricos, sociais e institucionais, incluindo disputas e processos de convencimento dentro da comunidade científica.</p> <p>A terceira assertiva está incorreta, pois a ênfase na indução e na observação empírica como fundamento do conhecimento científico é característica de abordagens empiristas tradicionais, e não da perspectiva kuhniana, que destaca a influência dos paradigmas na própria observação científica.</p> <p>Referências: KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. CHALMERS, Alan F. O que é Ciência, afinal?.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 31 TIPO 2: 36 TIPO 3: 29</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Iris Marion Young, ao criticar as teorias liberais da justiça distributiva, argumenta que essas abordagens são insuficientes por reduzirem a justiça à mera distribuição de bens e recursos. Para a autora, tal perspectiva não contempla adequadamente as formas estruturais de injustiça, que envolvem relações de poder, opressão institucionalizada e processos sociais que produzem desigualdades.</p> <p>Sua proposta amplia o conceito de justiça para além da distribuição, incluindo dimensões como dominação, marginalização e exclusão social, evidenciando que a injustiça não se limita à escassez ou má distribuição de recursos materiais.</p> <p>As demais proposições apresentam interpretações inadequadas ou reducionistas da crítica de Young, ao distorcerem sua abordagem ou associarem-na a outras correntes filosóficas.</p> <p>Referências:</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>YOUNG, Iris Marion. Justice and the Politics of Difference.</p> <p>KYMLICKA, Will. Filosofia Política Contemporânea.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 33</p> <p>TIPO 2: 26</p> <p>TIPO 3: 27</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Na teoria estética de Jacques Rancière, a arte política não se define pelo conteúdo explícito ou pela mensagem direta, mas pela capacidade de reconfigurar o sensível, isto é, de alterar as formas de visibilidade, percepção e distribuição dos lugares e das vozes na sociedade.</p> <p>Nesse sentido, manifestações artísticas que tornam visíveis sujeitos historicamente invisibilizados, deslocando-os de posições marginalizadas para espaços de reconhecimento, operam uma redistribuição do sensível, desestabilizando hierarquias e abrindo novas possibilidades de percepção e significação.</p> <p>As demais proposições não atendem a esse critério, pois se limitam à comunicação direta, à reprodução de formas estabelecidas ou à neutralidade estética, sem produzir deslocamentos significativos nos regimes de sensibilidade.</p> <p>Referências:</p> <p>RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível.</p> <p>RANCIÈRE, Jacques. O Espectador Emancipado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 37</p> <p>TIPO 2: 38</p> <p>TIPO 3: 26</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A leitura filosófica exige a identificação do problema, da tese e da estrutura argumentativa do texto, distinguindo elementos narrativos de seus conteúdos conceituais. No caso da Alegoria da Caverna, a narrativa funciona como recurso didático para expressar uma reflexão sobre conhecimento, ignorância e processo de formação intelectual.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Uma estratégia pedagógica consistente deve orientar os estudantes a reconhecer essa distinção, reconstruindo o encadeamento argumentativo que sustenta a tese platônica, evitando tanto interpretações puramente subjetivas quanto reduções do texto à sua dimensão literária ou histórica. As demais proposições incorrem em reducionismos, seja ao priorizar interpretações livres, ao desconsiderar a argumentação filosófica ou ao centrar a análise em aspectos secundários.</p> <p>Referências: PLATÃO. A República. GALLO, Sílvio. Filosofia no Ensino Médio. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 38 TIPO 2: 39 TIPO 3: 40	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A interpretação do fragmento de Heráclito exige a compreensão do papel do logos como princípio universal de ordem e inteligibilidade, bem como o reconhecimento de recursos retóricos característicos do pensamento pré-socrático.</p> <p>O primeiro estudante identifica adequadamente o uso de um recurso retórico ao destacar a tensão entre a autoridade do filósofo e a do logos, apontando corretamente que a verdade não se reduz à voz individual. O segundo estudante incorre em equívoco ao interpretar a unidade como negação da multiplicidade, aproximando indevidamente Heráclito da posição de Parmênides, quando, na verdade, Heráclito reconhece a unidade na diversidade e no devir. O terceiro estudante apresenta leitura consistente ao evidenciar a dimensão epistemológica do fragmento, distinguindo entre opinião individual e conhecimento fundamentado no logos, além de compreender a unidade como princípio organizador da realidade.</p> <p>Referências: KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. Os Filósofos Pré-Socráticos.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	BURNET, John. A Aurora da Filosofia Grega. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 40 TIPO 2: 29 TIPO 3: 31	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A primeira assertiva está correta, pois Karl Popper estabelece a falseabilidade como critério de demarcação científica, afirmando que uma teoria é científica se puder, em princípio, ser refutada por testes empíricos. A segunda assertiva está incorreta, uma vez que Popper rejeita a ideia de confirmação progressiva rumo a uma verdade definitiva. Para ele, teorias não são verificadas, mas apenas corroboradas provisoriamente, permanecendo sempre sujeitas à refutação. A terceira assertiva está correta, pois o avanço da ciência, segundo Popper, ocorre por meio de conjecturas e refutações, em um processo dinâmico no qual hipóteses ousadas são constantemente testadas e criticadas. Referências: POPPER, Karl. A Lógica da Pesquisa Científica. CHALMERS, Alan F. O que é Ciência, afinal?. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 41 TIPO 2: 48 TIPO 3: 41	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A questão aborda a organização pedagógica da Companhia de Jesus no período colonial, destacando seu caráter sistemático, normativo e internacionalmente padronizado. Esse modelo educacional não se restringia à catequese, mas envolvia uma estrutura complexa de ensino, com definição de conteúdos, métodos didáticos, progressão curricular e hierarquia docente. O documento que consolidou essas diretrizes foi elaborado no final do século XVI e estabeleceu um padrão pedagógico uniforme para os colégios jesuítas em diferentes territórios. Esse instrumento normativo organizava o ensino em	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>níveis, disciplinava práticas pedagógicas e orientava a formação intelectual segundo princípios humanistas e religiosos.</p> <p>As demais possibilidades referem-se a dispositivos administrativos ou legais de outros contextos históricos, não sendo responsáveis pela sistematização pedagógica da educação jesuítica.</p> <p>O conteúdo abordado na questão está plenamente previsto no EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP, uma vez que trata da organização pedagógica no contexto histórico da educação, especificamente vinculada à educação jesuítica. O edital contempla expressamente o eixo “História da Educação no Brasil; principais períodos e reformas educacionais”, no qual se insere o estudo do modelo educacional jesuítico e do Ratio Studiorum como marco estruturador das práticas pedagógicas no período colonial.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira. Campinas: Autores Associados, 2003. AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 42 TIPO 2: 45 TIPO 3: 43	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Filosofia da Educação fundamentada no materialismo histórico-dialético, conforme desenvolvido por Karl Marx e apropriado no campo educacional por autores como Dermeval Saviani, compreende a educação como prática social historicamente situada, vinculada às relações materiais de produção e às contradições sociais.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Nesse sentido, a educação não é neutra, nem pode ser reduzida à adaptação ao meio ou à formação abstrata do indivíduo. Ao contrário, ela deve possibilitar a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido, articulando teoria e prática (práxis), de modo que os sujeitos compreendam as condições concretas de sua existência e possam intervir na realidade social.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções idealistas, tecnicistas ou liberal-individualistas, incompatíveis com o referencial materialista histórico-dialético.</p> <p>O tema tratado na questão está claramente contemplado no edital, ao discutir a educação sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. O conteúdo encontra-se previsto nos tópicos “Filosofia da Educação e Sociologia da Educação como fundamentos da prática pedagógica” e “educação e sociedade; função social da escola”, os quais abrangem diferentes concepções filosóficas sobre o papel da educação.</p> <p>Referências: MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 43 TIPO 2: 42 TIPO 3: 46	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata da metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Dermeval Saviani, que organiza o processo educativo em momentos articulados dialeticamente: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>O estágio descrito no enunciado corresponde ao momento em que o aluno realiza uma síntese qualitativamente superior do conhecimento, incorporando criticamente os conteúdos aprendidos e transformando sua compreensão da realidade. Esse momento é denominado catarse, pois representa a superação do senso comum e a internalização crítica do saber sistematizado.</p> <p>As demais denominações não correspondem a esse estágio específico dentro da metodologia histórico-crítica.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no conteúdo programático do edital, ao abordar conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê explicitamente o estudo de “correntes pedagógicas e impactos na educação contemporânea”, bem como “teorias da aprendizagem”, sendo a Pedagogia Histórico-Crítica uma dessas correntes teóricas fundamentais no campo educacional.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 44 TIPO 2: 44 TIPO 3: 44	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget estabelece que o conhecimento se constrói por meio de processos dinâmicos de reorganização das estruturas mentais. O conceito central que regula esse processo é a <u>equilibração</u>.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A equibração refere-se ao mecanismo pelo qual o sujeito busca superar desequilíbrios cognitivos decorrentes da interação com o meio, reorganizando suas estruturas mentais em níveis mais complexos e estáveis. Trata-se de um processo contínuo que articula assimilação e acomodação, promovendo o avanço do desenvolvimento cognitivo.</p> <p>As demais alternativas representam conceitos parciais ou inadequados para preencher ambas as lacunas, pois não expressam o princípio regulador global do desenvolvimento.</p> <p>A questão aborda conceitos centrais da teoria de Piaget, o que está expressamente previsto no edital. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; teorias da aprendizagem; contribuições de Piaget, Vygotsky e outros autores clássicos e contemporâneos”, sendo a equibração um conceito fundamental da teoria piagetiana.</p> <p>Referências: PIAGET, Jean. A equibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. COLL, César; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 45 TIPO 2: 50 TIPO 3: 42	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A avaliação processual caracteriza-se por acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo do tempo, valorizando registros contínuos, reflexão e acompanhamento formativo do estudante.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Instrumentos como portfólio, diário reflexivo, observação sistemática e rubricas analíticas são compatíveis com essa perspectiva, pois permitem monitorar progressos, dificuldades e processos de construção do conhecimento.</p> <p>Por outro lado, a avaliação baseada exclusivamente em prova objetiva ao final de uma unidade, com caráter classificatório e pontual, não se configura como instrumento processual, pois não acompanha o percurso da aprendizagem, limitando-se a mensurar resultados em um momento específico.</p> <p>O conteúdo da questão está diretamente previsto no edital ao tratar dos instrumentos de avaliação da aprendizagem. O edital contempla expressamente “Avaliação da aprendizagem; conceitos, funções e instrumentos; avaliação diagnóstica, formativa e somativa; acompanhamento do desenvolvimento do estudante”, o que inclui a distinção entre instrumentos processuais e classificatórios.</p> <p>Referências: LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 46 TIPO 2: 46 TIPO 3: 45	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A afirmativa I está correta, pois o planejamento escolar envolve a articulação entre diferentes instrumentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico, regimento, planos de curso e planos de aula, assegurando coerência entre princípios, objetivos e práticas.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A afirmativa II também está correta, uma vez que a Lei nº 9.394/1996 estabelece a responsabilidade das instituições de ensino na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, reforçando a autonomia escolar em consonância com as diretrizes do sistema educacional.</p> <p>A afirmativa III está correta, pois o planejamento pedagógico deve ser contínuo, flexível e sensível às necessidades dos estudantes, incorporando avaliações diagnósticas e ajustes metodológicos.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas estão corretas.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao abordar planejamento escolar e fundamentos legais da educação. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Planejamento escolar; planejamento pedagógico; organização curricular; objetivos de ensino; conteúdos; metodologias; avaliação” e também “Bases legais da educação brasileira; Lei nº 9.394/1996 (LDB)”, contemplando integralmente o conteúdo cobrado.</p> <p>Referências: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem. São Paulo: Libertad, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 47 TIPO 2: 49 TIPO 3: 49	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology, parte do princípio de que a variabilidade dos estudantes é a regra, e não a exceção, nos contextos educacionais.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Essa abordagem rompe com modelos pedagógicos centrados em um “aluno padrão”, propondo a construção de ambientes flexíveis, acessíveis e responsivos às múltiplas formas de aprender. Assim, o foco desloca-se da adaptação do estudante ao currículo para a adaptação do currículo à diversidade dos estudantes.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções incompatíveis com o DUA, ao priorizar homogeneização, centralização instrucional ou ausência de revisão estrutural.</p> <p>O conteúdo da questão está previsto no edital ao tratar de práticas pedagógicas inclusivas e diversidade educacional. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê expressamente “Educação inclusiva; fundamentos teóricos e legais; políticas públicas; práticas pedagógicas inclusivas; atendimento educacional especializado; diversidade e equidade”, sendo o Desenho Universal para a Aprendizagem uma abordagem inserida nesse campo teórico-metodológico.</p> <p>Referências: CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield: CAST, 2018. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 48 TIPO 2: 47 TIPO 3: 48	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que expressa intencionalidade, posicionamento político e escolhas pedagógicas da instituição escolar. Portanto, não pode ser considerado neutro, ainda que sua elaboração seja coletiva e participativa.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A ideia de neutralidade contraria fundamentos teóricos da educação crítica, uma vez que toda prática educativa está inserida em contextos históricos, sociais e ideológicos. Assim, afirmar que o PPP é neutro constitui equívoco conceitual.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois reconhecem o caráter dinâmico, participativo, articulador e orientador do PPP.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no edital ao abordar o Projeto Político-Pedagógico. O conteúdo está expressamente previsto no eixo “Projeto Político-Pedagógico; concepção; elaboração; implementação; avaliação; gestão democrática da escola”, abrangendo integralmente os aspectos conceituais e práticos cobrados.</p> <p>Referências: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico: fundamentos para sua construção. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 49 TIPO 2: 41 TIPO 3: 50	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira afirmativa está correta, pois a interdisciplinaridade não pressupõe a eliminação das disciplinas, mas sim a articulação entre elas. Trata-se de um princípio que busca superar a fragmentação do conhecimento por meio da integração de diferentes perspectivas epistemológicas, permitindo a compreensão de problemas complexos que não podem ser adequadamente analisados de forma isolada. Assim, preserva-se a especificidade dos campos disciplinares, ao mesmo tempo em que se promove diálogo e cooperação entre eles.</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA C

	<p>A segunda afirmativa também está correta, uma vez que a integração entre áreas do conhecimento pode ocorrer em diferentes níveis e formatos. Desde abordagens mais simples, como a articulação temática entre disciplinas, até modelos curriculares mais amplos organizados por áreas, como Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, observa-se uma diversidade de estratégias adotadas em políticas educacionais contemporâneas. Esse movimento reflete tentativas de reorganizar o currículo em direção a maior coerência e integração.</p> <p>A terceira afirmativa está igualmente correta. A transversalidade surge como resposta crítica à fragmentação do saber produzida pela modernidade científica, especialmente sob influência do paradigma cartesiano-newtoniano, que enfatizou a divisão, a especialização e a análise isolada dos fenômenos. Nesse contexto, a transversalidade propõe a inserção de temas que atravessam diferentes áreas do conhecimento, promovendo articulação entre saberes e ampliando a compreensão da realidade.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas são verdadeiras.</p> <p>O conteúdo da questão está claramente previsto no edital, ao tratar da interdisciplinaridade e integração entre áreas do conhecimento. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Interdisciplinaridade, transversalidade e integração entre áreas do conhecimento; temas contemporâneos transversais”, contemplando integralmente o conteúdo abordado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E GABARITO ALTERADO.</p>		
TIPO 1: 50 TIPO 2: 43 TIPO 3: 47	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competências como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana. O termo “descriptor”, por sua vez, não corresponde a esse conceito central da BNCC, sendo utilizado em outros contextos avaliativos, como matrizes de avaliação.</p> <p>Assim, a afirmação que atribui à noção de “descriptor” esse papel conceitual está incorreta.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois refletem a natureza normativa da BNCC, seu processo de homologação, seu impacto pedagógico e os debates críticos que suscita.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao tratar da Base Nacional Comum Curricular. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, além de mencionar sua articulação com o planejamento pedagógico e as diretrizes curriculares, abrangendo os fundamentos conceituais e normativos cobrados na questão.</p> <p>Referências: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017-2018. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	--	--	--